



# GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### Monitor da Governança Pan-Amazônica

Abril de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em abril de 2026. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

### Sumário

Bolívia .....	<a href="#">2</a>
Brasil .....	<a href="#">3</a>
Colômbia .....	<a href="#">4</a>
Equador .....	<a href="#">6</a>
Guiana .....	<a href="#">8</a>
Peru.....	<a href="#">9</a>
Suriname .....	<a href="#">12</a>
Venezuela .....	<a href="#">13</a>
OTCA .....	<a href="#">14</a>

## **Bolívia**

### **Por Marília Closs e Débora Bedim**

Em abril de 2026, ocorreu a promulgação da lei de mudança de uso do solo (lei nº 1.720) na Bolívia. A legislação muda a classificação de terras no país, permitindo a titulação de pequenas propriedades como propriedades médias de forma voluntária. A justificativa do presidente, Rodrigo Paz, é que a lei favorece os setores campestres e os povos indígenas [1]. Por outro lado, organizações populares e movimentos sociais, principalmente ligados às lutas dos povos indígenas, afirmam que a legislação beneficia apenas aos empresários agroindustriais, setor poderoso nos estados do oriente e da Amazônia boliviana, e que servirá de incentivo à ampliação de desmatamento. De acordo com eles, na distribuição fundiária da Bolívia, propriedades de grande porte, cuja produção mecanizada é voltada para a exportação, foram fracionadas para serem consideradas pequenas propriedades, camuflando latifúndios. A nova lei, portanto, fragilizaria a proteção à pequena propriedade orientada à agricultura familiar. A cerimônia de aprovação da lei foi feita, inclusive, junto a setores do agronegócio ligados à produção de soja. No dia 8 de abril, mesmo dia da promulgação da lei, diversas organizações campestres e indígenas iniciaram uma marcha, saindo do departamento de Pando, na Amazônia boliviana, em direção a La Paz, contra a lei [2].

Além disso, as eleições subnacionais também foram uma pauta política importante no mês. Entre os departamentos amazônicos, dois realizaram um segundo turno para eleger seus governadores: Beni e Santa Cruz. Em Beni, foi eleito Jesús Egüez, da aliança Patria-Unidos, grupo político ligado ao presidente Rodrigo Paz. Em Santa Cruz, em um cenário de grande fragmentação, Juan Pablo Velasco, da aliança LIBRE, foi eleito, representando um campo político liberal-conservador [3].

### *Referências*

[1] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2026/05/bolivia-en-tension-las-grietas-en-la-politica-ambiental-del-presidente-rodrigo-paz-lecturas-ambientales>

[2] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2026/04/ley-tierras-bolivia-abre-conflicto-ambientalistas-pueblos-indigenas-campesinos/>

[3] Disponível em: <https://www.celag.org/bolivia-lectura-politica-de-los-resultados-de-elecciones-subnacionales/>

## **Brasil**

### **Por Diogo Ives e Guilherme Fritz**

Em 6 de abril, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva informou a senadores do Amazonas que deve visitar pessoalmente o estado para ver o avanço das obras da rodovia-319, que liga Manaus a Porto Velho, em um gesto para angariar apoio local às eleições de outubro de 2026 [1]. O início da pavimentação do “trecho do meio” da rodovia foi anunciado em 31 de março pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, e decorre da flexibilização da lei de licenciamento ambiental aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado. O começo da obra recebeu críticas da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que afirmou a necessidade de uma governança aprimorada para o projeto. O Observatório do Clima, organização da sociedade civil, denunciou a falta de uma avaliação técnica do Ibama a respeito dos impactos socioambientais da obra [2]. A estrada, inaugurada em 1976, passa atualmente por 13 municípios, 42 Unidades de Conservação e 69 Terras Indígenas [2].

Também no plano doméstico, ocorreu a 22ª edição do Acampamento Terra Livre, em Brasília, entre os dias 5 e 11 de abril, organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Em carta aberta, a entidade criticou o Congresso Nacional pela prioridade que dá a interesses privados em relação aos direitos indígenas. Também cobrou dos Poderes Executivo e Judiciário maior celeridade em demarcações, desintrusões e proteções de terras indígenas, em vez da promoção de obras de infraestrutura e acordos de conciliação sem a consulta prevista legalmente às comunidades tradicionais afetadas [3]. Além disso, o documento “Recomendações do movimento indígena brasileiro para um mapa do caminho global para além dos combustíveis fósseis” foi entregue ao Itamaraty, reivindicando a criação de Zonas Livres de Combustíveis Fósseis (FFZs) no país. Elas significariam a proibição da exploração desses combustíveis em regiões de alta relevância ecológica e cultural, como a Amazônia, e o reforço das proibições já existentes em áreas protegidas e terras indígenas [4].

No plano internacional, o Brasil ganhou, no dia 16, a eleição para a presidência do comitê de tecnologia da ONU sobre mudança do clima pela primeira vez. O cargo será ocupado pelo diplomata Pedro Ivo Ferraz da Silva, que coordenava os assuntos tecnológicos do Departamento de Clima do Itamaraty. O posto é estratégico por fazer recomendações às COPs do Clima sobre tecnologias apropriadas às mudanças climáticas e políticas públicas para difundi-las [5]. Além disso, representantes do governo brasileiro estiveram presentes na 1ª Conferência sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis, realizada em Santa Marta,

na Colômbia, entre 24 e 29 de abril, com o objetivo de estimular os países a elaborarem mapas nacionais de abandono dessas matérias-primas [6]. Segundo Ana Toni, diretora-executiva da COP30 de Belém, o espaço serviu para amadurecer o debate internacional sobre transição energética por meio de uma troca de ideias sobre as situações e experiências de vários países [7].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2026/04/06/lula-vai-visitar-obras-da-br-319-no-amazonas.ghtml>
- [2] Disponível em: <https://oc.eco.br/oc-entrara-na-justica-contraditais-do-dnit-para-br-319/>
- [3] Disponível em: <https://apiboficial.org/2026/04/06/nosso-acampamento-expressao-da-nossa-luta-carta-de-abertura-do-atl-2026/>
- [4] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/04/09/atl-2026-indigenas-apresentam-proposta-global-para-fim-dos-combustiveis-fosseis/>
- [5] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2026/04/16/brasil-assume-presidencia-de-comite-tecnologico-da-onu-clima.ghtml>
- [6] Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/04/30/entenda-em-topicos-os-avancos-e-as-pendencias-da-1a-conferencia-sobre-a-transicao-para-longe-dos-combustiveis-fosseis.ghtml>
- [7] Disponível em: <https://apublica.org/2026/05/ana-toni-pessoas-tem-medo-da-mudanca-nao-da-mudanca-do-clima/>

### **Colômbia**

#### **Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli**

Entre os dias 24 e 29 de abril de 2026, a Primeira Conferência Internacional para a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis foi realizada em Santa Marta, na Colômbia, organizada pelo governo colombiano em parceria com os Países Baixos [1]. O encontro reuniu representantes de 57 países, além de governos subnacionais, povos indígenas, sindicatos, organizações internacionais, academia e sociedade civil, somando mais de 1.500 participantes [2]. A conferência se apresentou como uma plataforma voltada a acelerar ações concretas de redução da dependência global de petróleo, gás e carvão, por meio da identificação de caminhos facilitadores para a implementação de uma transição justa, ordenada e equitativa para longe dos combustíveis fósseis [3]. A nova ferramenta funciona de forma complementar à Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas e, por isso, seus resultados também serão alinhados à Agenda de Ação da COP31 [3].

A conferência foi estruturada em torno de três eixos centrais: (1) a superação da dependência econômica dos combustíveis fósseis; (2) a transformação da oferta e da demanda energética; e (3) o fortalecimento da cooperação internacional e da diplomacia climática [3]. Foi estabelecido, na Conferência, um painel científico internacional para orientar a tomada de decisões e acelerar a transição energética baseada em evidências [4]. Em geral, os países convergiram quanto à dependência do petróleo como um problema com implicações multifacetadas, mas houve uma acentuada divergência sobre as expectativas de apoio financeiro internacional aos países com maiores custos de transição [5]. As comunidades indígenas alertaram para que a transição levasse em consideração os impactos negativos da exploração de minerais estratégicos em seus territórios. Já os movimentos sociais cobraram o estabelecimento do Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, com o objetivo de criar um mecanismo jurídico para interromper a expansão da produção de hidrocarbonetos [6].

Entre os principais resultados da Conferência, cabe apontar dois avanços imediatos: o compromisso de elaboração, em até um ano, de roteiros nacionais (“mapas do caminho”), apresentando as estratégias de cada país para abandonar o petróleo, o gás e o carvão [6]; e o estabelecimento do Painel Científico sobre Transição Energética Global (SPGET), que foi lançado para apoiar o desenvolvimento de roteiros alinhados com a meta de 1,5°C e identificar as barreiras legais, políticas e financeiras para a transição dos países para uma economia livre de combustíveis fósseis. Além disso, foi anunciado que a Segunda Conferência Internacional para a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis acontecerá no início de 2027 e será copresidida pela Irlanda e por Tuvalu, que será o país-sede da conferência [2].

Além disso, no dia 27 de abril, em meio a realização da Quarta Conferência sobre o Acordo de Escazú nas Bahamas, a Colômbia foi eleita como uma das quatro vice-presidentes do Conselho Administrativo acerca do tratado. Ao alcançar tal posto, o governo colombiano reforçou o ímpeto da política de Gustavo Petro de projetar a Colômbia como uma liderança regional na agenda climática e de direitos humanos. De forma complementar, durante o encontro, o país renovou seu compromisso com a implementação do Acordo de Escazú e apresentou rotas de implementação concreta, priorizando pautas como a proteção de ativistas, a participação popular e um processo decisório inclusivo e transparente [7].

### *Referências*

[1] Disponível em: <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/colombia-lidera-conferencia-internacional-acelerar-transicion-alla-combustibles?utm>

[2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/conferencia-para-la-transicion-mas-alla-de-los-combustibles-fosiles-concluye-con-cinco-resultados-clave/?utm>

[3] Disponível em: <https://transitionawayconference.com/about>

[4] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/56-paises-se-reunen-en-colombia-para-acelerar-transicion-justa-mas-alla-de-los-fosiles/>

[5] Disponível em: [https://transitionawayconference.com/contributions#1-outcomes-pop-ups\\_block-257788817928d7666c51](https://transitionawayconference.com/contributions#1-outcomes-pop-ups_block-257788817928d7666c51)

[6] Disponível em: <https://infoamazonia.org/2026/05/08/o-mundo-pos-fossil-comeca-a-ser-desenhado-em-santa-marta/>

[7] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-asume-vicepresidencia-del-acuerdo-de-escazu-y-consolida-su-liderazgo-en-la-region/>

## **Equador**

### **Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello**

Em 10 de abril de 2026, o governo do Equador, por meio do *Fondo del Biocorredor Amazónico (Fondo BCA)* e em articulação com o Ministério de Ambiente e Energia, lançou a primeira chamada para a concessão de subsídios destinada a financiar ações de conservação, com foco na proteção de 4,6 milhões de hectares e na priorização de 1,8 milhão de hectares adicionais de áreas naturais na Amazônia equatoriana [1]. A iniciativa decorre da conversão de dívida concluída no final de 2024, que garantiu um orçamento de US\$ 460 milhões para ações ambientais até 2043. Durante o evento, participaram a ministra Inés Manzano, que reforçou a transformação de compromissos em ação, e o diretor executivo do *Fondo BCA*, Esteban Vega, que enfatizou a implementação territorial do modelo. A ministra Inés Manzano também destacou que a convocatória transforma a conservação em política pública com metas mensuráveis. As inscrições para projetos de instituições públicas e privadas ficam abertas até 26 de maio de 2026 [2].

No dia 14 de abril, parlamentares ligados ao partido *Acción Democrática Nacional (ADN)* apresentaram uma proposta de reforma na lei de planificação e desenvolvimento integral da Amazônia [3]. O texto prevê a instauração de sanções para empresas que não concedam preferência à contratação de residentes das seis províncias amazônicas. Os parlamentares Ana Belén Tapia, Steven Villacrés, Nuvia Vega, María Cristina Acuña, Esperanza Rogel e Edwin Jarrín declararam que a medida visa à criação de um acesso preferencial à população local a contratações e concursos públicos, além de acesso a recursos e provisão de serviços. O *status* de residente, segundo a medida, estará ligado a condições de nascimento, domicílio habitual por no mínimo 5 anos ou de 10 anos no padrão eleitoral do Conselho Nacional Eleitoral. Em termos financeiros, a proposta de reforma também prevê a criação do *Fondo Permanente de*

*Emergencias para la Circunscripción Territorial Especial Amazónica*, que receberá 1,5% dos recursos do *Fondo para el Desarrollo Sostenible Amazónico* e será destinado a ações de controle e prevenção de situações causadas por desastres naturais, colapso de infraestrutura, emergências sanitárias, contaminação ou degradação do ecossistema.

Em 28 de abril de 2026, durante a 1ª Conferência Internacional para Abandonar os Combustíveis Fósseis, realizada em Santa Marta (Colômbia), líderes de sete povos indígenas da província de Pastaza — Sapara, Andwa, Achuar, Kichwa, Waorani, Shiwiar e Shuar — denunciaram que o Governo do Equador, sob a administração do presidente Daniel Noboa, promove 49 novos projetos extrativos na região da Amazônia [4]. Entre os projetos estão 11 blocos petrolíferos que abrangem cerca de 3 milhões de hectares de territórios amazônicos ancestrais, incluindo áreas próximas à Zona Intangível Tagaeri Taromenane, reserva indígena de povos em isolamento voluntário e protegidos por lei no país [5]. Esses blocos fazem parte das rodadas de leilões petrolíferos Sur Oriente e Subandina, anunciadas oficialmente em agosto de 2025 como parte da nova rota dos hidrocarbonetos do país, e ocorrem dois anos após a condenação do Estado equatoriano pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por falhas na proteção de povos em isolamento voluntário. As lideranças das nacionalidades indígenas afetadas afirmam que não houve consulta prévia válida, contestando a alegação do Ministério de Ambiente e Energia, que menciona um processo realizado em 2012. Diante disso, os povos indígenas declararam assembleias permanentes e anunciaram resistência organizada contra as licitações e a expansão petrolífera em seus territórios.

Em 29 de abril de 2026, o Ministério de Ambiente e Energia do Equador anunciou a descoberta de um novo poço petrolífero na província de Sucumbíos, resultado da aplicação — pela primeira vez no país — de um processo de fratura hidráulica (fracking) realizado no Bloco 57 – Shushufindi Libertador, em operação conjunta entre Petroecuador e a empresa chinesa *Chuanqing Drilling Engineering Company Limited* (CCDC). O governo informou que o poço entrou em fase produtiva com mais de 930 barris diários, classificando o procedimento como um feito para a expansão da exploração nacional de hidrocarbonetos [6 e 7].

Em 30 de abril de 2026, o Exército Equatoriano realizou operações simultâneas nas províncias de Napo, Pastaza e Morona Santiago para combater a mineração ilegal e o tráfico de combustível. Em Napo, a Brigada de Selva Nº 17 Pastaza destruiu máquinas usadas na extração ilícita de ouro, incluindo duas escavadoras, duas classificadoras e três bombas de sucção. Em ações paralelas em Pastaza e Morona Santiago, militares apreenderam um tanque, dois caminhões e 4.000 galões de combustível (3.400 de diesel e 600 de gasolina), interrompendo o

transporte ilegal em grande escala. Segundo o Exército, as operações causaram perdas econômicas superiores a US\$ 389 mil às estruturas criminosas envolvidas [8].

### Referências

- [1] Disponível em: <https://fondobiocorredoramazonico.org/ecuador-lanza-la-primera-convocatoria-de-subvenciones-del-fondo-biocorredor-amazonico-para-financiar-la-conservacion-de-la-amazonia>
- [2] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/proyectos-de-conservacion-en-la-amazonia-reciben-apoyo-en-ecuador>
- [3] Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/asambleistas-amazonicos-presentan-reformas-a-ley-amazonica-en-seguridad-y-empleo-nota/>
- [4] Disponível em: <https://elpais.com/america-futura/2026-04-28/mientras-el-mundo-habla-de-transicion-energetica-indigenas-denuncian-que-ecuador-impulsa-mas-petroleo-en-su-amazonia.html>
- [5] Disponível em: <https://www.eloriente.com/articulo/indigenas-de-pastaza-llevan-a-foros-internacionales-el-rechazo-a-la-expansion-petrolera/56620>
- [6] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2026/04/29/ecuador-descubre-nuevo-pozo-petrolero-en-la-amazonia-con-proceso-de-fractura-hidraulica>
- [7] Disponível em: <https://www.expreso.ec/economia-y-negocios/ecuador-descubre-nuevo-pozo-petrolero-fracking-amazonia-280529.html>
- [8] Disponível em: <https://www.lahora.com.ec/seguridad/ejercito-destruyo-material-usado-en-mineria-ilegal-y-decomiso-4.000-galones-de-combustible-en-la-amazonia-20260430-0028.html>

## Guiana

### Por Guilherme Fritz

Entre os dias 20 de abril e 1º de maio, ocorreu a 25ª sessão do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas (UNPFII)<sup>1</sup>, em Nova York. Na ocasião, a Ministra dos Assuntos Ameríndios da Guiana, Sarah Browne-Shadeek, discursou sobre o modelo de desenvolvimento econômico da Guiana baseado no *Low Carbon Development Strategy* (LCDS). Segundo a ministra, o país mantém seu status de economia de carbono negativo mesmo sendo um exportador de petróleo. Além disso, as atividades dos últimos três anos teriam gerado cerca de US\$ 69 milhões, a partir da compra de créditos de carbono, cujos recursos foram direcionados parcialmente às comunidades indígenas de todo o país. Nas palavras de Browne-Shadeek:

Mais de 200 comunidades indígenas e do interior foram beneficiadas por esses investimentos. Em todo o país, aldeias indígenas estão vivenciando um crescimento sem precedentes em suas economias locais por meio do desenvolvimento de negócios, ecoturismo, agricultura, infraestrutura e transporte, além da expansão das oportunidades de emprego [1].

---

<sup>1</sup>UN Permanent Forum on Indigenous Issues (UNPFII).

Os recursos dos créditos de carbono são provenientes, majoritariamente, de acordos internacionais. A *Hess Corporation*, que detém 30% dos direitos de exploração de petróleo do principal bloco no momento, *Stabroek Block*, possui um acordo de US\$ 750 milhões pela compra de 30% dos créditos gerados pela Guiana. Apesar da aparente contradição entre preservação ambiental e exploração de recursos fósseis, o governo do país afirma que seu projeto é permanecer como uma economia de carbono negativo pelo menos até 2030, mesmo com o aumento da produção diária de barris de petróleo. Atualmente o país tem produzido cerca de 900 mil bpd [1][2].

Ainda em abril, a Colômbia sediou a Primeira Conferência sobre a Transição dos Combustíveis Fósseis, em Santa Marta, entre os dias 24 e 29. Neste caso, não encontramos nenhum indício de participação de representantes do governo da Guiana. Durante o evento em Santa Marta, lideranças indígenas de todo o continente pediram maior inclusão nas decisões que dizem respeito ao território amazônico e também criticaram veementemente os desdobramentos da exploração e utilização de combustíveis fósseis [3][4].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://oilnow.gy/featured/guyanas-carbon-credit-sales-generated-us69-million-for-indigenous-communities-as-carbon-sink-remains-robust-minister/>
- [2] Disponível em: <https://villagevoicenews.com/2026/04/22/guyana-positions-indigenous-leadership-at-centre-of-climate-policy/>
- [3] Disponível em: <https://amazonwatch.org/news/2026/0407-this-month-governments-meet-to-plan-a-fossil-fuel-phaseout-the-amazon-must-be-heard>
- [4] Disponível em: <https://www.envirolink.org/2026/04/08/indigenous-leaders-demand-partnership-not-exclusion-in-growing-forest-carbon-credit-markets/>
- [5] Disponível em: <https://infoamazonia.org/en/2026/04/29/cloaked-colonialism-indigenous-peoples-criticize-just-transition-model-that-does-not-protect-their-territories/>

### **Peru**

#### **Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti**

Ao longo do mês de abril, o Peru intensificou sua agenda de cooperação regional e global voltada para a Amazônia, priorizando iniciativas de integração fronteiriça, combate aos delitos ambientais, fortalecimento da ação climática e promoção da bioeconomia sustentável. A atuação do Ministério do Ambiente (MINAM) e do Ministério das Relações Exteriores peruano evidenciou um esforço crescente de articulação com países amazônicos e parceiros

extrarregionais para enfrentar desafios ambientais e impulsionar modelos sustentáveis de desenvolvimento.

No âmbito da cooperação bilateral com o Brasil, o Peru avançou em iniciativas de integração amazônica voltadas para infraestrutura, conectividade e desenvolvimento regional. Em reunião bilateral realizada em Pucallpa, autoridades peruanas e brasileiras promoveram o I Comitê de Fronteira Amazônico Centro Peru–Brasil, mecanismo orientado a fortalecer a integração entre a região peruana de Ucayali e o estado brasileiro do Acre. O encontro definiu ações prioritárias relacionadas à conectividade aérea e fluvial, segurança transfronteiriça, facilitação do comércio, promoção do turismo integrado e cooperação em saúde e educação para populações de fronteira. O governo peruano destacou o papel estratégico desse mecanismo para ampliar a coordenação entre autoridades nacionais e subnacionais na Amazônia [1].

Ainda na relação bilateral com o Brasil, ambos os países reforçaram a cooperação para o transporte fluvial amazônico. As autoridades discutiram medidas para fortalecer a navegabilidade, a integração logística e o transporte de passageiros e mercadorias nos rios amazônicos, considerados fundamentais para a conectividade regional e para o desenvolvimento econômico das populações amazônicas. A iniciativa também se insere nos esforços de integração física sul-americana e de fortalecimento das relações fronteiriças entre os dois países [2].

No campo da justiça ambiental e do combate às atividades ilícitas, Peru e Colômbia realizaram, em Lima, o encontro “*Prevención y liderazgo regional por la justicia ambiental*”, destinado ao intercâmbio de estratégias para enfrentar delitos ambientais e fortalecer a proteção de defensores ambientais. O evento reuniu representantes do Ministério do Ambiente do Peru, da Agência Peruana de Cooperação Internacional e da Procuradoria de Assuntos Ambientais da Colômbia. Durante as discussões, foram abordados temas como mineração ilegal, investigação de crimes ambientais, mecanismos de compensação por danos ambientais e fortalecimento da participação cidadã na proteção dos ecossistemas amazônicos. O encontro reforçou o compromisso bilateral de construção de sistemas mais integrados e preventivos de justiça ambiental [3].

Em relação ao financiamento climático e aos mecanismos de mercado, o Peru fortaleceu sua cooperação com Singapura para impulsionar projetos de mercado de carbono. Um acordo bilateral busca promover investimentos sustentáveis e acelerar iniciativas vinculadas à redução de emissões de gases de efeito estufa no marco do Acordo de Paris. A parceria contempla o

intercâmbio de experiências técnicas e regulatórias relacionadas aos créditos de carbono e ao desenvolvimento de instrumentos financeiros voltados à transição climática [4].

O país também ampliou sua cooperação com a Alemanha na área climática. O MINAM e a agência de cooperação alemã GIZ assinaram um convênio voltado ao fortalecimento da ação climática no Peru, com foco em políticas públicas, desenvolvimento sustentável e implementação de medidas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. O acordo prevê apoio técnico para o cumprimento das metas climáticas nacionais e para o fortalecimento institucional das estratégias ambientais do país [5].

A agenda internacional peruana também se destacou pela participação do país em fóruns multilaterais voltados à transição energética e sustentabilidade. Em evento da OCDE sobre minerais críticos realizado na Turquia, o Peru defendeu o avanço de uma produção sustentável, a fim de beneficiar energias renováveis e cadeias globais de suprimento responsáveis. O governo peruano ressaltou a necessidade de promover investimentos sustentáveis em minerais estratégicos para a transição energética, conciliando crescimento econômico, proteção ambiental e inclusão social [6].

Além disso, no contexto da *Expo Amazônica 2026*, que reuniu autoridades nacionais e internacionais, o MINAM anunciou medidas para ampliar o acesso ao crédito para mais de 3.900 bionegócios amazônicos. A iniciativa busca fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, estimular atividades econômicas compatíveis com a conservação da floresta e ampliar oportunidades econômicas para comunidades amazônicas. O governo peruano ressaltou a importância dos bionegócios para a geração de renda, conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável da Amazônia [9].

Em outra frente na *Expo Amazônica 2026*, o país promoveu iniciativas para acelerar a ação climática e conter o avanço do desmatamento na Amazônia. O Peru enfatizou a necessidade de ampliar mecanismos de cooperação regional, financiamento climático e articulação entre governos, comunidades locais e organismos internacionais para proteger a floresta amazônica e cumprir as metas climáticas estabelecidas internacionalmente [8].

No plano doméstico, o Peru intensificou iniciativas interministeriais voltadas à proteção das florestas e à redução do desmatamento. O MINAM e o Ministério de Desenvolvimento Agrário reforçaram parcerias destinadas à conservação florestal, promoção da bioeconomia e fortalecimento da governança ambiental nos territórios amazônicos. As ações incluem mecanismos de monitoramento ambiental, fortalecimento de capacidades institucionais e apoio a comunidades locais envolvidas em atividades sustentáveis [7].

## Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1380564-peru-y-brasil-fortalecen-la-cooperacion-fronteriza-en-la-amazonia>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1377614-peru-y-brasil-fortalecen-la-cooperacion-para-el-transporte-fluvial-en-la-amazonia>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1378169-peru-y-colombia-unen-esfuerzos-para-enfrentar-delitos-ambientales-y-proteger-a-defensores-del-ambiente>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1378647-minam-singapur-y-peru-fortalecen-alianza-para-impulsar-proyectos-de-mercado-de-carbono>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1383407-minam-y-cooperacion-alemana-para-el-desarrollo-suscriben-convenio-para-fortalecer-accion-climatica-en-el-peru>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1385515-peru-impulsa-en-foro-de-turquia-agenda-sobre-energias-renovables-minerales-criticos-sostenibles-y-cadenas-de-suministro-responsables>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1378955-peru-fortalece-cooperacion-internacional-para-proteger-bosques-y-reducir-la-deforestacion>
- [8] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1386175-peru-impulsa-iniciativas-para-acelerar-la-accion-climatica-y-frenar-la-deforestacion-en-la-amazonia>
- [9] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1385926-expo-amazonica-2026-minam-impulsa-creditos-para-mas-de-3-900-bionegocios-en-la-amazonia>

## Suriname

### Por Guilherme Fritz

Em 9 de abril, o Suriname participou de uma reunião em Brasília cujo tema principal foi o monitoramento e a implementação dos acordos estabelecidos nas Declarações de Belém (2023) e Bogotá (2025) da OTCA. O embaixador do Suriname para o Brasil, Ike Antonius, deliberou sobre as características florestais do Suriname, visto que é um país com cobertura vegetal em aproximadamente 93% do território e que pretende continuar contribuindo com a captura de carbono. O embaixador também manteve o tom do discurso do governo do Suriname sobre a necessidade de financiamento internacional aos países carbono-negativo.

Além disso, entre os dias 13 e 18 de abril, a Embaixada da República do Suriname em Brasília recebeu uma delegação do Suriname responsável por representar o país no Mecanismo para os Povos Indígenas (MAPI) da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A delegação foi composta por Angele Paulus-Noordwijk e Chanique Bipat, do Ministério do Desenvolvimento Regional, e Loreen Jubitana e Marie José Artist, da Associação de Chefes de Vila Indígenas no Suriname (VIDS). O objetivo principal do encontro

foi o fortalecimento dos laços entre povos originários de todo o território amazônico através do intercâmbio cultural e de outras experiências consideradas relevantes [2].

Por fim, nos dias 13 e 14 o governo se reuniu com líderes indígenas e tribais para instaurar um diálogo conjunto acerca dos rumos políticos e econômicos das finanças climáticas. O objetivo é criar conjuntamente as condições necessárias para que o país possa receber recursos financeiros do *REDD+ Results-Based Payments*, um fundo criado pelas Nações Unidas (UN) a fim de recompensar países por serviços de preservação ambiental [3]. Do ponto de vista analítico, a questão que nos parece perpassar este conjunto de eventos é que, para países como o Suriname, ricos em vegetação, mas pobres economicamente, as florestas não podem tornar-se um tipo de restrição interna ao desenvolvimento, o que torna fundamental que a arquitetura financeira internacional seja capaz de realizar compensações adequadas.

### *Referências*

[1] Disponível em: <https://gov.sr/suriname-actief-betrokken-bij-regionale-dialogo-amazone-samenwerking/>

[2] Disponível em: <https://www.gfcnieuws.com/surinaamse-delegatie-versterkt-regionale-samenwerking-rond-inheemse-volkeren/>

[3] Disponível em: <https://news.fundsforngos.org/2026/04/17/fao-hosts-indigenous-consultation-in-suriname-for-redd-climate-finance-readiness/>

### **Venezuela**

#### **Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun**

No início do mês, ambientalistas e povos indígenas da Amazônia venezuelana apresentaram propostas ao governo no *Congreso Causas Comunes por la Madre Tierra*, realizado no estado Amazonas. O encontro ocorreu nas instalações do Ministério do Poder Popular para o Ecosocialismo (Minec) e teve como objetivo central a construção de soluções coletivas para os desafios ambientais que a região da Amazônia enfrenta. Na ocasião, sete mesas de trabalho foram conformadas e denominadas “Amor pela Amazônia”, alinhadas aos princípios da *Gran Misión Madre Tierra Venezuela (GMMTV)*. Como resultado, foram definidos três eixos de ação que serão levados a instâncias nacionais: 1) queima indiscriminada, 2) gestão de resíduos e 3) perda da biodiversidade. Em suma, a reunião marcou a organização popular em torno do *Congreso*, que, segundo o Minec, se consolida como uma força transformadora na busca pelo equilíbrio da vida humana e os direitos da natureza [1].

Além disso, a Assembleia Nacional da Venezuela aprovou, no dia 9 de abril, uma nova lei de mineração, a Lei Orgânica de Minas, que abre o setor para investidores estrangeiros na exploração das reservas do país de ouro, diamantes e terras raras. O chefe do parlamento, Jorge Rodríguez, salientou que a aprovação foi feita por unanimidade e que, “com o Projeto de Lei Orgânica de Mineração, garantimos que cada recurso do solo venezuelano se traduza em bem-estar para a população” [2]. A lei estabelece categorias para a mineração em pequena, média e grande escalas, permite a arbitragem independente para controvérsias [3] e mantém a propriedade do Estado sobre as reservas mineiras [4]. A nova legislação também proporcionará a ampliação do tempo das concessões de 20 para 30 anos, além de garantir que o Banco Central da Venezuela (BCV) seja o órgão detentor do direito preferencial de compra sobre todo o ouro extraído no país [5]. A abertura do setor a empresas estrangeiras ocorreu logo após os EUA expressarem interesse em que companhias estadunidenses pudessem investir no país. De acordo com o deputado Orlando Camacho, para o governo de turno, a lei oportunizará a atração de capital nacional e estrangeiro com segurança jurídica [6].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www.minec.gob.ve/voceros-ecosocialistas-y-pueblos-indigenas-amazonenses-presentan-propuestas-en-congreso-estadal/>
- [2] Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2026/04/10/venezuela-aprova-lei-de-mineracao-para-atrair-investimento-estrangeiro-sob-controle-do-estado/>
- [3] Disponível em: <https://www.dw.com/es/parlamento-de-venezuela-aprueba-ley-minera-favorable-a-la-inversi%C3%B3n-privada/a-76728907>
- [4] Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2026/04/09/venezuela/asamblea-nueva-ley-minas-inversiones-orix>
- [5] Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2026/04/10/venezuela-aprova-lei-de-mineracao-para-atrair-investimento-estrangeiro-sob-controle-do-estado/>
- [6] Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2026/04/09/venezuela/asamblea-nueva-ley-minas-inversiones-orix>

### **OTCA**

#### **Por Beatriz Bandeira de Mello**

No dia 7 de abril, representantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Ministério da Educação do Brasil se reuniram para discutir a reativação da Comissão Especial de Educação da Amazônia (CEEDA) [1]. O objetivo da CEEDA é fortalecer o diálogo regional em matéria educacional, além de contribuir para o intercâmbio de conhecimento, para a elaboração de iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, para a

integração da educação básica e superior e para o aprimoramento da articulação de políticas públicas voltadas para a região amazônica.

A proposta de reativação se soma a outras iniciativas recentes, como a Reunião Extraordinária da Comissão Especial de Ciência e Tecnologia da Amazônia (CECTA) e as propostas de cooperação dentro da UNAMAZ, em consonância com as Declarações de Belém e Bogotá, assinadas em 2023 e 2025, respectivamente. Com isso, estima-se a construção de diálogos de alto nível, como a formalização da Reunião de Ministros da Educação dos países da OTCA nos próximos meses. A proposta de reativação da CEEDA contou com o apoio da Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, e de Angel Vilora, Coordenador de Ciência, Tecnologia e Educação da organização.

No dia 14 de abril, a OTCA formalizou a primeira Reunião Extraordinária do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) em sua sede em Brasília [2]. As delegações, compostas por autoridades dos oito países membros, avançaram na elaboração do Plano de Trabalho e do calendário para o biênio 2026-2027, além de debaterem estratégias e instrumentos que orientarão a atuação do MAPI no curto prazo. Os participantes também propuseram um esboço de regulamento para o Fórum dos Povos Indígenas que objetiva somar contribuições das comunidades que residem na região amazônica ao trabalho desenvolvido pelo mecanismo.

Entre os representantes e autoridades presentes na reunião figuraram o Ministro dos Povos Indígenas do Brasil, Luiz Eloy Terena, a representante da Coordenação dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e copresidente do MAPI, Angela Amanakwa Kaxuyana, e o Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand. A sessão contou com o apoio do Fundo de Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e das Caraíbas (FILAC) e do Banco Mundial.

No dia 23, foi divulgado um dos projetos apoiados pela OTCA que busca a revitalização de territórios situados na Terra do Meio através do replantio de árvores nativas na região [3]. Iniciada há três anos, a ação já restaurou cerca de 50 hectares e movimentou aproximadamente R\$ 300 mil, com o auxílio e participação de moradores que, além de contribuírem para as ações de replantio, tornam-se agentes de coleta e troca de sementes para projetos de restauração na Amazônia com apoio da Rede Terra do Meio. A iniciativa de replantio, que se concentra na Reserva Extrativista do Rio Xingu, é apoiada pela OTCA nos marcos do Projeto Bacia Amazônica para fortalecer a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e o Instituto Socioambiental (ISA).

## *Referências*

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-ministerio-da-educacao-do-brasil-avancam-na-reativacao-da-comissao-especial-de-educacao-da-amazonia-ceeda/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-promove-a-implementacao-do-mecanismo-amazonico-dos-povos-indigenas-em-brasilia/>
- [3] Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/projeto-restaura-50-hectares-e-fortalece-comunidades-na-amazonia>